



*Aula em escola pública: preocupação dos educadores é desmistificar ensino de matérias como português e matemática*

# Professor critica falta de apoio

A proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais é uma novidade no Brasil. "Essa é a primeira vez que se faz uma proposta de currículos nacionais no país", explica a coordenadora do PCN, Célia Carolino. Até agora, quem levava idéias de trabalho em sala de aula às escolas — quando o faziam — eram os governos estaduais e municipais. "Havia muitas disparidades", garante a professora.

Mais do que disparidades, havia — e há — uma falta quase completa de apoio didático aos professores. No Distrito Federal, as escolas receberam da Fundação Educacional um livro com os conteúdos mínimos a serem dados em cada série, mas quase nada sobre didática.

Entre os professores, a dúvida é se será possível transferir as ótimas teorias descritas em 11 volumes por especialistas para a realidade de cargas horárias altíssimas, salários baixos e alunos que vão para a escola em busca de comida, não de conhecimento. "Mais do que a falta de interesse dessas crianças pela escola, há uma des-

crença no futuro, uma falta total de perspectivas. Trabalhar qualquer coisa com eles é difícil", diz Ilse Hrist Trennedohl, professora de história na Escola Estadual Paulo da Gama, em Porto Alegre.

Os parâmetros curriculares parecem estar longe de ser a solução para o ensino no Brasil e, segundo Célia Carolino, não há esta pretensão. "Sem dar boas condições de trabalho, sem um salário digno e bons livros didáticos, é claro que os parâmetros não vão adiantar", admite. "Os estudos têm intenção de refletir sobre a qualidade do ensino e tentar ajudar nisso."

## REALIDADE

Professores que tiveram acesso à primeira fase do projeto, os parâmetros de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> séries, elogiam o trabalho, mas tem várias restrições. "A análise da realidade dos alunos e dos problemas que existem é perfeita", afirma a professora Sandra Braga, supervisora da Escola Estadual Paulo da Gama, em Porto Alegre. "O nosso

problema é que não temos nem horário para reuniões; as professoras estão cada minuto em sala de aula. Como é que vamos passar essas noções para elas?", pergunta.

Essa é uma resposta que o MEC ainda não tem. A fuga de professores dos baixos salários dos estados e municípios é uma realidade que o governo pretende resolver com o Fundo de Valorização do Magistério. Ainda não se sabe, no entanto, se garantir um salário mínimo de pouco mais de R\$ 300,00 será a solução.

Até o final de maio, o comitê de especialistas receberá a análise dos PCN de secretarias estaduais e municipais, escolas e universidades. Depois disso, as observações poderão, ou não, ser incluídas na versão final do documento, que será analisado pelo Conselho Nacional de Educação. Os Parâmetros, como está claro na sua introdução, não são obrigatórios, e sim sugestões que poderão, se a realidade do ensino brasileiro não mudar, continuar como teorias ainda por vários anos. (L.P.)